



Cunha, Alfredo da
Elogio historico de
Sua Magestade o Imperador
do Brazil, I. Pedro II

F
2536
P37C86
1893
C.1
R0BA

ELOGIO HISTORICO

DO

SUA Magestade o IMPERADOR DO BRAZIL

D. PEDRO II

Recitado na sessão solenne de 13 de abril de 1823

SOB A PRESIDENCIA DE HONRA

DE

Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos I

DA

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

POR

ALFREDO DA CUNHA



LISBOA

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL

(Imprensa da Casa Real)

119, RUA DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 119

1823

79

ELOGIO HISTORICO
DE
SUA Magestade o Imperador do Brazil
D. PEDRO II



J. J. McManus

ELOGIO HISTORICO

DE

SUA Magestade O IMPERADOR DO BRAZIL

D. PEDRO II

Recitado na sessão solenne de 13 de abril de 1873

SOB A PRESIDENCIA DE HONRA

DE

Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos I

NA

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

POR

ALFREDO DA CUNHA



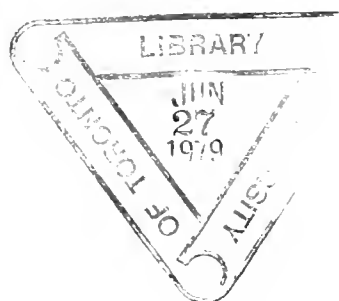
LISBOA

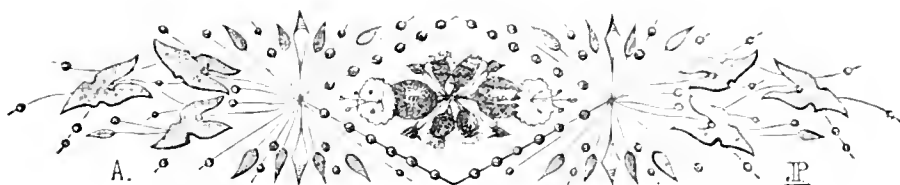
TYPOGRAPHIA UNIVERSAL

(Imprensa da Casa Real)

110, RUA DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 110

—
1893





SENHORES :



Se ha assumpto que por egual se imponha ás reflexões da intelligencia e ás emoções do coração, é a vida do soberano, a cuja immaculada memoria hoje me cumpre, no desempenho duma incumbencia honrosa, consagrar algumas palavras de sympathia e de justiça.

Nem o encargo, embora espinhoso, era para mim declinavel. Se, por melindres justificaveis, póde recusar-se o panegyrico a quem se erga na culminação do poder, não deve nunca negar-se a um morto illustre, que cahira em desgraça, a homenagem aos altos dotes que lhe assignalassem o espirito, ás altissimas qualidades que lhe ennobrecessem o character. . . Além de que nenhuma fronte ha que se não incline ante o cadaver dum homem, que havendo presidido aos destinos dum dilatado imperio, como que se extinguiu em vida, morrendo para as luctas da politica e para os esplendores da realeza, quando ainda tinha sensibilidade e tinha alento para as mais torturantes angustias da existencia.

Não é, por emquanto talvez, chegada a oportunidade de se formular uma apreciação despreocupada, e consequentemente definitiva, ácerca do ultimo imperador do Brazil.

Ha anomalias, contradictorias aberrações nos juizos da historia, como é, dalguma maneira, contradictoria a acção consumptiva do tempo, que tende a apagar cicatrizes nas mesmas fronteiras em que, dia a dia, vinca e aprofunda rugas inapagaveis.

Para o monarcha brasileiro, houve, contudo, uma especie de prematura posteridade. E á semelhança do genial exilado que em Elba affirmara ter ouvido, como de dentro dum tumulto, a voz das gerações futuras que o glorificavam, D. Pedro II, sobrevivendo, por assim dizer, a si mesmo, pôde ainda apreciar, do seu longinquo retiro de França, num côro unisono, o *verdictum* universalmente pronunciado sobre a sua larga obra de politico e sobre as suas egregias virtudes de patriota. E, nesta parte, poucos reinados reclamam tão legitimamente da critica o «juizo do coração» de que falava Pascal, porque em poucos soberanos, tanto como neste, os entusiasticos dictames do sentimento dominaram os calculos frios e quasi sempre egoistas do raciocinio.

É por demais sabido que a vida de D. Pedro não teve, como a dos guerreiros de raça, a doiral-a de luz o sol ardente dos combates. A guerra do Paraguay—baptismo de fogo e sangue, de que o imperio surgiu mais vigorosamente temperado para os certames da paz—foi um facto anormal, accedido apenas como uma prova de força que as circumstancias tornavam uma condição imprescindivel de vida.

Durante os cincoenta e oito annos decorridos de 1831 a 1889, nunca, a exemplo dos restantes estados da America, apoz a espada dum aventureiro prestigioso, o Brazil foi levado á incerta lucta, donde emergem as grandes glorias, mas onde egualmente se apagam as mais refulgentes auréolas. Viu-se, pelo contrario, conduzido, sem esforço e sem sobresaltos, pela mão prudente dum homem que o estremecia e que personificava, na circumspecção com que lhe dirigia os passos, e no carinhoso affecto com que lhe preparava o futuro, o verdadeiro *pater patriæ*, no mais levantado e completo sentido da expres-

são. Pois é esta a característica do seu reinado, e é este o porquê dos defeitos, tanto como das virtudes, que lhe foram apontadas no cumprimento da sua ardua missão de governante.

Aventou-se que, em politica, na experiencia de D. Pedro II, a linha recta não parecia ser o caminho mais curto entre dois pontos. Não era, em certo modo, descabida a observação, nem era egualmente de censurar o procedimento do monarcha que a inspirava.

Um paiz sem tradições nem habitos de autonomia, e em cuja população, além do elemento servil, entrava, ainda não ha muito, por quasi uma decima parte, o elemento selvagem rebelde a todas as catecheses, não se governa como uma nação com fundas raizes no passado, com direitos adquiridos a ter opinião propria, e a fazel-a escutar e prevalecer na direcção dos negocios publicos. E o Brazil — como a Minerva do velho mytho — levantando-se abruptamente de colonia em imperio, surgiu armado para a existencia independente e livre, porque assim se diga, dum só jacto, duma impulsão unica.

Tornava-se, por isso mesmo, necessario que as armas que lhe entregavam, que a outorga de prerogativas concedidas por uma constituição vasada nos mais amplos moldes das liberdades modernas, o não subvertessem nos perigos, que, na primeira idade da vida, ameaçam uma nacionalidade, tanto como um individuo.

O imperador decerto o comprehendeu lucidamente: e entendeu, e bem, que para reger um paiz que acaba de nascer para a independencia, era preciso mais do que uma passividade authomatica escriptulosamente formalista; eram indispensaveis a acção e a iniciativa dum chefe, que fôsse principalmente um guia e um educador, e que o levasse, embora contra a vontade que na infancia tantas vezes se transvia, para um fim de constante progresso material e moral.

O que aos olhos de muitos se afigurava portanto o disfar-

gado exercicio dum poder que se eria absoluto no mando, essa pretendida omnipotencia que, no dizer dum illustre publicista fluminense, convertia de facto o imperador no primeiro ministro permanente do Brazil, não ía além do natural auctoritarismo duma tutoria, aliás demasiado condescendente e benevola para os que contra ella mais ou menos ostensivamente se insurgiam. Ora nem mesmo os defensores puritanos do systema representativo repudiam a legitimidade, ou, o que é mais, a indispensabilidade, no regimen governativo dum povo ainda não perfeitamente *compos sui*, sem a clara consciencia dos seus deveres e sem a plena posse dos seus destinos, duma especie de despotismo paternal, cuja auctoridade, posto que limitada por preceitos constitucionaes, seja preponderante de facto. Foi-o realmente a auctoridade exercida por D. Pedro II; e porque o seu governo, sem de nenhum modo se mostrar intolerante ou retrogrado, era essencialmente pessoal, resentiu-se, de principio a fim, das qualidades pessoaes do governante.

Muitas vezes succede, meus senhores, que uma simples palavra, um paralelo apenas esboçado, defina e precise um character como um termo se define e precisa por outro termo de rigorosa synonymia.

D. Pedro II suscitou ao mais fecundo genio poetico da França a recordação de Marco Aurelio, o dôce philosopho, de cujo sereno e compassivo estoicismo, mais alto e mais puro que o do proprio Seneca, sobrelevavam duas paixões absorventes—a idolatria da patria e a idolatria do dever.

O monarcha brasileiro foi um philosopho e um christão convicto: a philosophia dominou-lhe a intelligencia, como a moral christã lhe dominou o coração. O mesmo, pois, é dizer que foi um austero e um bom.

Assim tambem dois factos, trahindo a acção d'estas influencias preponderantes, se mostram capitaes no trancurso do seu reinado: o desenvolvimento da instrucção geral, acompanhando e

auxiliando o da riqueza publica, e, acima de tudo, a admiravel pertinacia em levar a cabo uma generosa refôrma, contra a qual, desde começo, se conjuraram os mais inconfessaveis e intransigentes egoismos.

«É geralmente sabido, escrevera Hereulano a proposito dum livro de Gonçalves Dias, que o joven imperador dedica todos os momentos que pôde salvar das occupações materiaes de chefe do Estado, ao culto das letras. Mancebo, prende-se á mocidade, aos homens do futuro, por laços que decerto as revoluções não hão de quebrar, porque o progresso social não virá acommet-tel-o inopinadamente nas suas crenças e habitos.»

Enganou-se o lucido pensador, não quanto ao facto que apontava, mas quanto á prophecia que formulou, e em que não levava em conta o desrespeito e a ingratição dos homens. Porque D. Pedro II foi accusado—como o fôra Marco Aurelio de querer impôr a sua philosophia ao povo—de se absorver por demais no estudo, em prejuizo dos negocios do estado.

Possuindo uma assombrosa memoria e uma erudição vastissima, dotado, como observou Tissandier, duma intelligencia verdadeiramente universal,—sabio, litterato e artista—naturalissimo era, sem duvida, que as suas accentuadas predilecções em muito lhe occupassem o tempo e lhe absorvessem a attenção. Nunca, porém, justiça é confessal-o, o largo saber e a clara e ávida intelligencia de D. Pedro se voltaram em prejuizo do Brazil, que tirando consideração e respeito dos raros dotes por meio dos quaes, entre sabios e entre monarchas, se distinguia o seu soberano, na paixão que este votava ao estudo encontrou o factor que mais efficaçmente concorreu para que as escolas, as bibliothecas e os mais variados estabelecimentos de ensino rapidamente se multiplicassem no imperio.

Ao mesmo tempo, por um outro ideal—o da alforria definitiva do escravo—anceava o seu coração, como os dos mais nobres propagandistas brasileiros.

O congresso de Paris adoptára em 1867 a resolução de apellar para os governantes e para a opinião dos povos, a fim de que a escravidão e o trafico fossem immediata e radicalmente abolidos. Não podia este appello ficar sem echo por parte dum monarcha, que sendo um philosopho, não buscava comtudo explicar e legitimar a escravidão, como aliás haviam feito os mais luminosos genios philosophicos da antiguidade. Porque para Socrates, o virtuoso, era a mesma virtude—como a sabedoria o foi para o idealismo puro de Platão—o criterio da distincção fundamental de duas raças, que entre si se distanciavam, segundo o pensamento aristotelico, por differenças equivalentes ás que se constataam entre o corpo e o espirito, entre a intelligencia e a sensibilidade.

Casavam-se melhor com os sentimentos de D. Pedro as doutrinas genuinamente christãs dos moralistas, que, como S. João Chrysostomo nas *Homilias*, pensavam que a lei de Deus não se prestava a reconhecer a desigualdade firmada pela lei dos homens entre a raça livre e a escrava. E foi a harmonia d'estas duas leis que elle se esforçou por ir pouco a pouco estabelecendo, visto que tal *desideratum*, como em seu nome o governo brasileiro respondia á mensagem da Junta emancipadora franceza, obtemperava ao que «o espirito do christianismo desde ha muito reclamava do mundo civilisado».

Para a obra da emancipação concorria, porém, o imperador muito antes do congresso lhe chamar a attenção para tal assumpto, e tanto que datava de 1851, isto é, de dezeseis annos antes da reunião de Paris, a lei prohibitiva da importação de escravos—providencia sobre a qual chegara terminantemente a declarar, num despacho celebre, que collocava a sua propria corôa.

A lei de 1871, cortando mais fundo, preceituava a condição livre do ventre; como todavia não bastasse a satisfazer as aspirações de D. Pedro, suscitou este em 1884 a proposição de uma nova medida, que o parlamento rejeitou, mas que, a haver sido adoptada, terminaria de vez, em dez ou doze annos, com o elemento servil.

Dissolvida a camara, abriu-se renhida campanha eleitoral entre os *abolicionistas*, que queriam a libertação de facto, e os *emancipadores*, que, illudindo as aspirações do imperador, se limitavam a um simulacro de emancipação. Conbe aos segundos a maioria real, embora a nominal pertencesse ao partido adverso, e a proposta do governo teve de ser novamente addiada para melhor oportunidade.

Alludindo aos trabalhos precursores da lei de 1871, José d'Alencar, que involuntariamente rendia o mais levantado elogio á entidade que verberava, dizia indignado: «Não se tracta duma lei, tracta-se duma conjuração do Poder. Desde 1867 que o Poder conspira, fatigando a reluctancia dos estadistas chamados ao governo, embotando a resistencia dos partidos.»

Nesta conspiração, assim tão acrememente estigmatizada, não desesperou todavia D. Pedro nm só instante. E a isto deveu sem duvida o Brazil o não se ter realisado o triste vaticinio dum dos mais ardentes evangelizadores do abolitionismo—de que a sua patria havia de celebrar o centenario do descobrimento da America com a bandeira coberta de crepes, enlutada pela aviltante macula da escravidão. Se tal não succedeu, se a bandeira brasileira pôde tremular sem mancha nessa commemoração recente, foi porque o imperador, depois de mil vicissitudes, de mil constantes esforços, depois de novamente batido por uma votação contraria do parlamento, logrou a final que a lei de 13 de maio de 1888, que, embora firmada pela Princeza regente, era a sua obra sobre todas querida, expungisse immediata e incondicionalmente a escravidão do Brazil.

Quem bem attentar neste facto, em que, por ser culminante na historia do imperio, mais detidamente insisto, ha de admirar a perseverança, a tenacidade do soberano na realisação do seu intento, fazendo concessões, torneando difficuldades, vencendo resistencias, suscitando conflictos que lhe punham em risco a corôa, mas, com a obstinação e a força delidora duma corrente que jámais retrocede sobre o seu proprio curso, abrindo sempre, constante e persistentemente, um leito viavel para a sua idéa fixa.

Na evolução social, a relação de determinação entre o passado e o presente, entre os antecedentes e os subsequentes, é uma das reivindicações em que mais insiste uma escola philosophica que no Brazil creou numerosos adeptos, e cujas doutrinas, porque fossem hauridas com soffreguidão demasiada, talvez em muito concorressem para a prematura subversão das instituições monarchicas tradicionaes. Mas essa escola, que para si reclama a prioridade de haver feito da historia uma sciencia com leis de filiação definidas, é a mesma que accentúa, pela penna de um dos seus eminentes primazes, o quanto é difficil aquella determinação, em que actnam elementos diversissimos—uma vasta complexidade de condições inherentes á immumerabilidade dos órgãos, á variedade das influencias, á complicação do machinismo, á infinita sequencia de imprevistas conexões.

Longe me levaria, por conseguinte, o desenvolvimento das causas efficientes dessa revolução, para a qual a força das idéas se conjugou, e quasi se confundiu, com a força e o ardor das ambições, e que derrubava o imperio num anno de bom presagio para os que, no seu prurido demolidor, queriam que 1889 fosse para o Brazil o que, precisamente um seculo antes, 1789 fôra para a França—a radiosa aurora duma epocha de redempção e rejuvenescimento.

Havia, desde muito, entre os brazileiros, quem aspirasse á identificação do regimen politico com o das republicas limitrophes. Tal aspiração estimulava, não decerto a necessidade, mas a curiosidade duma mudança de instituições, duma renovação de scenario constitucional, visto que o imperio representava, aos olhos dos americanisadores intransigentes, uma anomalia antinomica com o natural modo de ser dos estados circumvisinhos.

Para os revolucionarios idealistas, para o doutrinarismo es-

peculativo—não menos, digamol-o, que para o empirismo especulador—a prosperidade da nação dependia da conformidade governativa com os estados que a cercavam, e a sonhada republica brasileira afigurava-se-lhes, como a Antichtona da velha escola italica, um astro que, embora ainda não radiasse na constellação politica do novo mundo, já se contava que devesse integrar, mais tarde ou mais cedo, o systema geral dos governos americanos.

Inevitavel, pois, como era, o conflicto de que devia resultar essa mutação essencialmente theatral, rompia em novembro de 1889, provocado pela indisciplina do caudilhismo insofrido, e instigado pelo descontentamento dos fazendeiros feridos nos seus interesses pela lei emancipadora de maio de 1888. Porque cumpre accentuar o facto de que foi a promulgação desta lei que abreviou os dias do imperio, como algumas dezenas de annos antes—notou-o atiladamente um abolicionista illustre—fôra tambem a causa da escravidão que em não pouco contribuiu para o ostracismo de José Bonifacio e para a entrega ao cadafalso dos nacionalistas pernambucanos.

Uma das theses do partido conservador, em 1837, era que o imperador «imperava, governava e administrava»; uma das maximas do partido liberal, em 1869, era que o rei «reinava e não governava».

Entre estas duas datas, não se pouparam esforços para a realisação dum fim que os liberaes radicaes diziam ser a passagem do estado de fetichismo á democracia pura, e para cuja consecução era indicada, como primeiro passo, a abolição do poder moderador.

Sem renegarem abertamente o seu credo monarchico, abalado desde que em 1868 se publicára o programma liberal-radical, os liberaes offereciam aos poderes constituídos o dilemma —réforma ou revolução—, optando os radicaes, em fins de 1870, pela chamada «revolução moral», conforme se exprimiam no manifesto de dezembro deste anno.

Nenhum, porém, dos mais avançados partidos políticos brasileiros, nem os liberaes de 1869, nem os republicanos de 1870, que sem trepidarem ante os perigos duma conflagração social proclamavam a urgencia das mais profundas reformas, fazia questão essencial do humanitario principio apostolado pelos abolicionistas. Os liberaes promettiam a gradual — não a immediata — emancipação dos escravos, a qual confessavam «não ter intima relação com o objecto do programma» que defendiam; e os republicanos, na mesma dubia expectativa, mantinham uma egual contemporisação com as instigações do interesse e com os philanthropicos protestos do abolicionismo, apressando-se comtudo a repudiar, logo que lhes foi attribuido, o levantado intuito de darem um golpe decisivo no estado servil.

Não me deterei, porque só pretendo apontar o estranho facto, a frisar o contraste entre o que havia de retrogrado, ou, pelo menos, de nimiamente conservador, neste procedimento que lisongeava egoismos, e o que inversamente se alardeava de progressivo nos processos politicos, que, sem excluir a idéa extrema da revolução, deviam conduzir á aquisição do poder. O que é todavia certo é que, a respeito de muitos dos que no Brazil se inculcavam reformadores de praticas obsoletas, não póde affirmar-se, como aliás tão justamente de D. Pedro se escreveu, que sempre collocassem os principios acima de si mesmos, num plano sobranceiro ao das suas menos legitimas conveniencias partidarias.

Numa festa memoravel, com que as creanças das escolas celebraram na capital do imperio a lei de 13 de maio, um notavel tribuno, em uma eloquente apostrophe á Princeza regente, dizia-lhe: «A lei que sancionastes abriu-vos os corações dos bons patriotas... É, Senhora, por esta fórma, que firmareis o throno de vossos antepassados.»

Enganou-se o ardente democrata, como o maior dos nossos historiadores se illudira falando do então joven imperador D. Pedro. E — decepção formal! — era aquella mesma generosa

providencia que mais concorria para a revolução, que no anno seguinte ao da *lei diamantina* expatriava o imperante, pelo sabio escriptor reputado ao abrigo das tempestades politicas, e a princeza que aos espiritos ingenuamente entusiastas parecia ter assentado, com a magnanimidade daquelle acto, em mais seguras bases os degrãos do seu throno!

*

É, em verdade, digno de reparo, meus senhores, que fossem os melhores dotes pessoaes do imperador, que fossem, não tanto os defeitos como as virtudes do seu caracter, que mais poderosa e decisivamente influissem para accelerar o movimento revolucionario que tão bruscamente lhe pôz termo ao reinado. Porque se a emancipação do elemento servil, causa proxima-mente occasional da sua quêda, se havia imposto ao seu humanitarismo christão, o desenvolvimento rapido do ensino, por meio do qual os que officialmente o ministravam, fiados na tolerancia do soberano, iam incutindo no povo idéas demolidoras, afigurava-se-lhe um dever de consciencia, cujo cumprimento nem mesmo sacrificaria ao natural empenho de continuar a cingir uma gloriosa corôa. Além de que a abnegação em frente de todos os interesses, o desprendimento de todas as ambições, consequencia da austeridade da sua philosophia, eram de molde a crear-lhe essa funesta lenda, com acerto explicada por quem lhe pôz na bocca as nobres palavras do rei Juba, do *Catão*, de Garrett:

... se o throno ha de custar-me
uma só violencia, um só gemido,
..... abjuro o throno.

Indifferente ás suggestões da vaidade—e tanto que trocára o monumento que os seus compatriotas lhe haviam offerecido pela creação de novas escolas onde se educassem mais alguns filhos do povo—preferindo que o apreciassem como sabio a que

o acatassem como imperador, as praxes, as exterioridades e etiquetas da cõrte prendiam-no pouco, prendiam-no menos do que seria mister para a segurança do sceptro que empunhava; e isto sem duvida concorreu para que tomasse corpo a crença no seu republicanismo, a extravagante convicção de que o imperador era o primeiro inimigo de si proprio!

«As fórmulas que ajudam a manter a nobreza do porte— diz, num conhecido romance da escola naturalista franceza, um velho servidor á sua rainha no exilio— são a inflexivel armadura que sustenta de pé o soldado, ainda depois de mortalmente ferido.» D. Pedro nunca soube manter, em presença do povo, a cabeça bem erguida, bem altiva e bem hirta. Não admira portanto que a corôa lhe cahisse da fronte, quando esta mais se curvava para attender as queixas e para esutar os gemidos da classe mais desditosa e opprimida do seu paiz.

Quando ainda imperava de facto, annotando um livro celebre, escrevêra elle estas palavras, que eram, por assim dizer, os artigos do seu crêdo: «A *fé* religiosa não a separo da *esperança*, porque espero da misericordia infinita de Deus que todos os homens que houverem cumprido os seus deveres, tanto quanto o permite a imperfeição humana, serão recompensados; não a separo tambem da *caridade*, a que repugna a *intolerancia*.» Submettido á mais dura das provas, foi na desgraça que crystalizou esse nobre e severo sentimento de esperança numa justiça mais alta que a justiça humana, traduzido na serena indiferença perante o terror da morte, do mesmo modo que perante as vicissitudes da vida.

«—Tomae o meu patrimonio, se o quereis; se quereis o meu corpo, aqui o tendes...» dizia resignadamente o santo bispo de Milão ao imperador Valentiniano. Semelhantemente tambem, D. Pedro II, que deixára os seus bens ao abandono, expunha o corpo a uma morte inevitavel quando, alquebrado pela doença, ao saber d'essa quasi pena de talião imposta áquelle que tão audazmente se lhe substituíra no poder, se offerecia

para voltar ao Brazil, se no Brazil delle porventura precisassem ¹. E se o seu estoicismo culminou nas horas do infortunio, não é facil de conceber adversidade mais dolorosa do que a do venerando monarcha que, apenas expulso da patria, perde a esposa amantissima, doce e carinhosa companheira dos seus melhores annos, e que, após meio seculo de existencia consagrada por inteiro a realisar a divisa que uma revolução triumphante veio a inscrever no mais alto da bandeira que hasteou, ainda tem a desventura de viver o bastante para vêr esse lemma de «ordem e progresso» tornar-se, nas inevitaveis incertezas dum regimen novo, de aspiração generosa para um melhor futuro, em simples *memento* evocador dum mais feliz passado!

No povo, raro perduram sympathias ou se radicam animadversões. Umas e outras oscillam á mercê das paixões, que lhe incitam, como a flammula ondeia ao capricho dos ventos que a fustigam. Mas umas e outras, reconheçamol-o, assentam numa permanente base de real ou de apparente justiça, como a flammula se prende á haste fixa em que tremúla.

Póde, no fundo, ser falso o impulso a que obedece; póde errar nos seus intuitos, como tantas vezes erra nos seus juizos; mas não é que o espirito publico consciante e propositamente se mova por mesquinhas influções de rancor, quando nem sequer frequentemente o estimulam as legitimas instigações do interesse.

Ainda, porém, quando pratica o maximo mal, o povo — claro que não me refiro ás facções partidarias, mas á collectividade onde pulsa, num paiz, a alma nacional — não julga praticar a minima iniquidade. Tendo a inconsciencia dum echo, como um echo apenas repete hoje a palavra de paz, e ámanhã

¹ «Dom Pedro himself, though crushed by domestic trouble and tormented by a painful illness, held himself still at the disposal of his ungrateful people. «If they want me I will return», was his Pathetic remark when he heard of the dissatisfaction caused by Fonseca's *coup d'état*.»
(*The Daily Graphic*.)

reperente o grito de exterminio. E assim é que quem lance com arte ás multidões um germen de calumnia ha de—do mesmo modo que a ondulação é igual na agua em que cae uma lasca de granito, ou uma lasca de diamante—vel-o fructificar, prolifico e fecundo, como aquelle que lhes incuta uma pura semente de verdade.

O glorioso tragico inglez, que personificou em typos de eterna verosimilhança as eternas e dominadoras paixões do homem, traçou um quadro da mais flagrante observação psycologica ao pintar, na scena da oração funebre de Marco Antonio sobre a morte de Cesar, as tergiversações, as dubiedades do povo, que a mão habil dum guia conduz, com a mesma docilidade, para o bem ou para o mal, para a justiça ou para o crime, e bastas vezes até para a vida ou para a morte.

O Brazil offerece, na deposição do seu ultimo imperante, a prova real daquella incontrouersa verdade historica. O acclamado de um dia era o expatriado do dia seguinte, em cuja sentença nem ao menos se levou em conta a attenuante do seu amor infindavel pela patria. E o finado imperador, ao sentir-se tão violentamente ferido nos mais ternos sentimentos da sua alma, havia de duvidar, duvidou decerto, da realidade do golpe que lhe vibravam, como na tragedia shakspeareana o sangue de Cesar acode ás bordas da ferida para se certificar se fôra a mão do amigo, mais do que todos querido, que o fizera romper a jorros do coração.

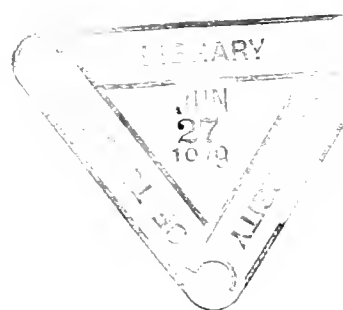
Não é, meus senhores, não é só a fortuna nas armas aliada ao vivo ardor da crença, que logram santificar nomes como o de Luiz ix de França ou o de Fernando iii de Castella; não é só a maravilhosa, a incomprehendida missão duma illuminada, coroada pelo mais brutal dos martyrios, nem a paciencia heroica, a heroica e viva fé na realisação dum audaz ideal, que recommendam á beatificação da egreja os nomes da martyr que morreu pela França e pelo seu delphim, ou o desse descobridor vidente, cujo nome não ha muito ecoou nos dois

mundos, erguido num hosanna glorificador, universalmente clamado por milhões de bocas.

O resplendor da santificação dão-no, de facto, os grandes heroísmos, os grandes martyrios, as crenças fundamente enraizadas; mas ha de tambem cingir a fronte daquelles que respondem com a suprema resignação ás ingratidões supremas. Porque a lenda, que já hoje se levanta como um nimbo em volta desse vulto, que morreu hontem, hade pouco a pouco adquirir consistencia e fórma, illuminando-o da mystica auréola que dá ás incomportaveis desgraças uma estranha feição sobrenatural e quasi divina.

E bem explicavel, bem presumivel é que tal succeda com o homem que tendo, no naufragio de todas as suas grandezas, de todas as suas aspirações, perdido tambem tudo menos a honra, só para o exilio levar a immensa amargura da sua nostalgia de velho proscripto, e aquella mesquinha pá de terra brasileira que devia cobrir-lhe o cadaver, quando a morte para sempre lhe extinguisse no coração a profunda e irreductivel saudade do seu paiz—essa saudade que, por ultimo, se diria ser o mais resistente, o mais forte, o unico e vivo alento da sua grande alma de patriota.





PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

Byron, John, 1793-1868
Florida. State. 1868
The Magazine of the University
of Florida, 1868-1869

